



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

27/12/2012

INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. COMARCAS.....	1
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. AÇÕES TJMA.....	2 - 3
2.2. EVENTOS.....	4
2.3. EXECUÇÕES PENAIS.....	5 - 6
2.4. OBRAS/REFORMA.....	7 - 8
2.5. PRESIDÊNCIA.....	9
3. JORNAL O DEBATE	
3.1. DECISÕES.....	10
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	11 - 12
4.2. SEM ASSUNTO.....	13
5. JORNAL O QUARTO PODER	
5.1. AÇÕES TJMA.....	14
5.2. COMARCAS.....	15
5.3. DECISÕES.....	16
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. DECISÕES.....	17 - 18
6.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	19 - 20
6.3. PUBLICIDADE LEGAL.....	21 - 22

Município de Aldeias Altas é obrigado a reformar escola

A pedido do Ministério Público do Maranhão a Justiça proferiu sentença, em 4 de dezembro, condenado o Município de Aldeias Altas a concluir a reforma da Unidade de Ensino Antonieta Castelo Branco, no prazo de 60 dias.

A decisão judicial acolhe solicitação da Ação Civil Pública ajuizada pelo promotor de justiça Fábio Meneses de Miranda, da Comarca de Caxias. A sentença foi assinada pelo juiz Antônio Manoel Araújo Velôzo. Localizada a 398km de São Luís, a cidade de Aldeias Altas é termo judiciário da referida comarca.

Entre os benefícios que a reforma deve proporcionar estão instalações sanitárias adequadas, fornecimento de água de qualidade e climatização adequada nas salas e demais dependências da escola.

Em caso de desobediência, foi fixada uma multa diária de R\$ 1 mil até o limite de R\$ 60 mil, valor a ser revertido ao Fundo Municipal da Criança e Adolescente para ser aplicado na estruturação física e na aquisição de equipamentos de informática e móveis para o Conselho Tutelar de Aldeias Altas.

Espírito natalino

O Judiciário maranhense e a Escola Municipal Justo Jansen (Rua Cândido Ribeiro, Centro) protagonizaram momento inédito neste Natal, e que cabe como bom exemplo a órgãos e empresas.

Um grupo de 127 alunos daque-

la escola recebeu presentes de servidores do Tribunal de Justiça e Corregedoria neste final de ano.

Ao abraçarem a campanha Papai Noel dos Correios, eles também conseguiram mobilizar magistrados e diretores do Judiciário.

Coube ao presidente Antonio Guerreiro Júnior entregar brinquedos e roupas novos aos Correios.

A diretora Serligia Furtado Almeida, há 15 anos na escola, confessou: foi a primeira vez que o pedido daquela instituição foi atendido.

Centros vão atuar em conflitos judiciais

O presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Judiciário, desembargador José Luiz Almeida, pediu empenho dos 80 bacharéis em Direito que irão atuar, a partir do dia 21 de janeiro, como conciliadores nos quatro Centros de Solução de Conflitos instalados pelo Tribunal de Justiça, em São Luís.

“Precisamos do apoio efetivo de todos para o funcionamento dos centros, que têm como objetivo facilitar o acesso do cidadão à Justiça, com base na política proativa de conciliação, prática que deve ser incentivada pelo Judiciário em todo o Estado”, afirmou.

Os centros cumprem política do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e atenderão partes interessadas em resolver conflitos antes do ajuizamento do processo (fase pré-processual) e também naqueles já em andamento. Eles irão atender juizados e varas das áreas cível, fazendária, previdenciária e da família, promovendo audiências

de conciliação e mediação.

Capacitação – Os 80 bacharéis em Direito que atuarão como conciliadores foram capacitados este mês pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam), em curso ministrado pelo juiz da Vara Especial de Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, Nelson Moraes Rêgo.

O curso teve carga horária de 44 horas, com aulas teóricas e práticas. A capacitação envolveu estudo de casos e resolução de situações-problema referentes aos conflitos evidenciados no cotidiano das varas e juizados.

Mais

Os Centros de Solução de Conflitos Judiciais irão funcionar no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau), na Rua do Egito e nas unidades do Uniceuma no Renascença II e Cohama.

Comendador I

O presidente da CEMAR, Augusto Miranda, foi um dos homenageados com a Medalha Ordem dos Timbiras, no Grau de Comendador do 4º Centenário de São Luís. A comenda foi entregue pela governadora Roseana Sarney, no Palácio dos Leões, em ato que reuniu centenas de personalidades – entre membros do Judiciário, políticos, intelectuais, produtores culturais, empresários e jornalistas - e seus convidados. O diretor de Relações Institucionais da companhia, José Jorge Leite Soares, também foi condecorado com a honraria.

Comendador II

A Medalha, no Grau de Comendador do 4º Centenário de São Luís, é um reconhecimento a personalidades que tenham se distinguido por relevantes serviços prestados ao Maranhão, em especial à capital, em qualquer das áreas da atividade humana. A Medida Provisória nº 136, de 13 de novembro de 2012, assinada pela governadora Roseana Sarney, criou, no âmbito da Ordem dos Timbiras, o Grau de Comendador do 4º Centenário de São Luís. A admissão a essa honraria é restrita ao ano de 2012, comemorativo dos 400 anos de fundação da cidade.

Sejap inaugura anexo administrativo do Centro de Detenção Provisória

Na unidade, internos receberão atendimentos jurídicos, médicos e de assistência social

A Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap) inaugurou, na manhã de ontem, o anexo administrativo do Centro de Detenção Provisória de Pedrinhas, em São Luís. No novo prédio, os internos receberão atendimentos jurídicos, médicos e de assistência social.

A solenidade de inauguração contou com a presença de gestores da Sejap, representantes da Polícia Militar, do Tribunal de Justiça (TJ) e da Secretaria de Estado de Saúde (SES).

De acordo com o secretário de Justiça e Administração Penitenciária, Sérgio Tamer, mesmo que a prioridade do órgão seja a abertura de mais vagas no sistema penitenciário, a Sejap não tem medido esforços para melhorar a estrutura nas unidades. "A secretaria está trabalhando para atender a Lei de Execução Penal [LEP] e criar um ambiente adequado para que sejam realizadas essas assistências é fundamental", destacou.

Estrutura - Segundo o diretor da unidade, Ideraldo Gomes, o novo prédio vai suprir uma necessidade antiga do estabelecimento. "A unidade passa a ter melhor estrutura administrativa para a assistência aos internos. A partir de agora, os trabalhos serão realizados mais rapidamente e com qua-

Estrutura

Para a construção do prédio, que possui dois andares, a Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap) investiu cerca de R\$ 500 mil.

As salas para serviço social, psiquiátrico, atendimento odontológico e todos os serviços destinados à saúde do interno funcionam no primeiro pavimento do prédio. Já o setor administrativo e os setores de cartório, área jurídica, serviços da Defensoria Pública do Estado (DPE) funcionam no segundo pavimento.

lidade", afirmou.

O superintendente de Estabelecimentos Penais, João Bispo Se-rejo, ressaltou a importância da humanização do sistema e revelou a construção de mais uma unidade administrativa. "A necessidade da criação de mais ambientes como esse, que estamos inaugurando hoje, é indiscutível e a pretensão é que a Casa de Detenção [Cadet] também ganhe uma unidade como essa em 2013", declarou.

Para o juiz Douglas de Melo Martins, da 2ª Vara de Execução Penal, a inauguração desse anexo é muito bem-vinda. "Não se promove reinserção social sem ambiente adequado. É preciso que os serviços que colaboram com essa reinserção funcionem com qualidade e com esse novo prédio isso será possível", ressaltou.

Divulgação



Secretário Sérgio Tamer e adjunto João Serejo descerram a placa

Obras melhoraram a estrutura da Justiça no Maranhão em um ano

As intervenções na estrutura física dos imóveis resultaram em qualificação das sedes do Poder Judiciário e nas condições da prestação de serviços jurisdicionais aos cidadãos na capital e no interior do Maranhão; inaugurações estão previstas para 2013

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) finalizou o primeiro ano de gestão do desembargador-presidente Antonio Guerreiro Júnior com serviços de construção, reforma, ampliação, manutenção e projetos em dezenas de unidades administrativas e jurisdicionais do estado.

O relatório anual de atividades da Diretoria de Engenharia e Arquitetura destaca obras e serviços nos polos judiciais de São Luís, Pinheiro, Chapadinha, Santa Inês, Caxias e Imperatriz.

Segunda maior comarca do Estado, Imperatriz, recebe serviços de terraplenagem do novo fórum - projetado para receber 50 juízes. A construção terá início no próximo ano.

As intervenções na estrutura física dos imóveis resultaram em melhoria na estrutura das sedes do Judiciário e nas condições da prestação jurisdicional na capital e no interior.

Fóruns com obras licitadas na gestão anterior estão sendo erguidos em Magalhães de Almeida, São Bernardo, Poção de Pedras, Riachão, Pio XII, São Francisco do Maranhão, Santa Rita e Santa Luzia do Paruá.

Novos fóruns estão com projetos arquitetônico ou estrutural prontos para serem executados. É o caso de São Pedro da Água Branca, Presidente Dutra, Cidelândia, Vitorino Freire, Santa Helena, Açailândia e Imperatriz.

Com ações de reforma, foram beneficiadas 22 comarcas e ainda 14 Juizados do polo de São Luís. Neste polo, o Tribunal de Justiça investiu R\$ 17.593.250,98 na reforma de 5.517 metros quadrados de área operacional em varas, juizados, gabinetes de magistrados e setores administrati-

vos e R\$ 860.457,77 em manutenção predial e pequenos serviços.

O fórum da capital foi uma das unidades que receberam serviços de adequação das instalações e obras complementares de instalação de forros, pisos, esquadrias e divisórias e do novo prédio anexo.

Polos - Nos polos de Chapadinha, Pinheiro, Santa Inês e Caxias, foram mais 25 comarcas beneficiadas com intervenções de reforma. Em reformas emergenciais, nos fóruns de Poção de Pedras, Santa Quitéria e Balsas e nos imóveis históricos de propriedade do Tribunal, no centro da capital, o Judiciário investiu R\$ 4 milhões.

Em ações de manutenção predial, foram feitos 688 atendimentos, que incluíram varas e juizados, projetos especiais e setores administrativos do Tribunal, Corregedoria e Escola da Magistratura (Esmam).

A sede e os anexos administrativos do Tribunal de Justiça e Juizados especiais, gabinetes de desembargadores e Corregedoria respondem pelo maior número de solicitações de manutenção atendidas.

"Em 2013, pretendemos inaugurar, logo no início do ano, os serviços já prontos e construir vários fóruns em comarcas onde não há mais condições de funcionamento adequado. Também vamos dar continuidade aos serviços de reforma e manutenção de prédios do Judiciário na capital e no interior", antecipa Guerreiro Júnior.

Na área administrativa, além do prédio-sede do TJMA e da Corregedoria, receberam melhorias na área de manutenção mais 20 unidades pre-

diais: Casa Abrigo, Casa da Criança, anexos administrativos do centro e da Alemanha, Ouvidoria, creche Judith Pacheco, depósito judicial, serviço psicossocial e Esmam.

Manutenção - No âmbito jurisdicional, os serviços de manutenção realizados pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) contemplaram gabinetes dos desembargadores, centros judiciários de solução de conflitos, varas criminais, penais e especializadas e juizados especiais.

Nessas últimas unidades, a equipe de engenharia realizou a maioria dos atendimentos em manutenção civil, respondendo a 116 solicitações de magistrados e servidores.

Os juizados dos bairros Renascença, Centro, Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Ceuma, Cest Coroado, Anjo da Guarda, João de Deus, Maracanã e do Trânsito foram beneficiados com obras de reforma e ampliação.

O 2º Juizado Cível e das Relações de Consumo, localizado no campus Uema, foi um dos que receberam o maior investimento na reforma de suas instalações: R\$ 187.695,26. Esse juizado atende aos bairros mais populosos da capital e teve toda a estrutura física revista e recuperada.

As atividades em engenharia também incluem 98 projetos de arquitetura para construção de novos fóruns; reforma e mobiliário de fóruns, varas e juizados; readequação de ambientes na sede e nos anexos administrativos; gabinetes de magistrados e serviços complementares.



O presidente do TJMA, Guerreiro Júnior, diz que encerra primeiro ano de sua gestão com balanço positivo

Números

22

Comarcas maranhenses foram beneficiadas com ações de reforma

14

Juizados do polo de São Luís foram reformados pelo Tribunal de Justiça

“

Em 2013, pretendemos inaugurar, logo no início do ano, os serviços já prontos e construir vários fóruns em comarcas onde não há condições de funcionamento adequado”

Antonio Guerreiro Júnior
Presidente do TJMA

No batente

O desembargador-presidente Antonio Guerreiro Júnior já definiu com a Diretoria Financeira do Tribunal de Justiça: será mantido em 2013 o pagamento salarial de servidores do Judiciário maranhense no dia 20 de cada mês - uma

medida que ocorre desde quando assumiu a Presidência, em dezembro de 2010.

O presidente cumpriu nessa terça-feira (Dia de Natal) o último dos cinco dias consecutivos de Plantão Judiciário no TJMA, quando

analisou centenas de processos. Devido à urgência das matérias, todos os assessores próximos foram convocados para auxiliá-lo.

Guerreiro Júnior retorna ao Tribunal, para novo plantão, nos dias 1º e 2 de janeiro.

REGULAMENTAÇÃO

Anulado decreto que aumentou carga horária de professores

O decreto (nº 14/2009) que aumentou a carga horária dos professores da rede de ensino de Urbano Santos para 40 horas semanais não pode ser aplicado pelo Município, cabendo ao prefeito editar apenas atos de regulamentação. A decisão foi tomada pela 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça, em reexame do processo.

A ação original foi proposta pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básicas das Redes Estadual e Municipal (Simproesemma), alegando que o decreto que aumentou a carga horária dos

professores - de 20 para 40 horas semanais - contraria as normas que regularam o concurso e a admissão dos servidores.

O juiz da comarca de Urbano Santos já havia determinado a suspensão dos efeitos do decreto, mantendo a carga horária de 20 horas e impedindo o Município de fixar jornada diferente, decisão que foi confirmada no julgamento da 2ª Câmara Cível do TJMA, na semana passada.

O relator, desembargador Marcelo Carvalho Silva, manteve o entendimento do juiz, salientando que o Município

possui um Estatuto do Magistério, que fixa a jornada de trabalho dos professores em 20 horas semanais. Em consequência, apenas outra lei poderia alterar a jornada.

O entendimento do magistrado foi acompanhado pelos desembargadores Nelma Sarney e Vicente de Paula Gomes.



Inaugurado o Centro de Detenção Provisório de Pedrinhas

O secretário Sérgio Tamer e o adjunto, João Bispo Serejo (**foto**), descerraram a placa inaugural do anexo administrativo do Centro de Detenção Provisório de Pedrinhas, em São Luís, em solenidade que aconteceu ontem. Os internos receberão atendimentos jurídicos, médicos e de assistência social no novo prédio.

URBANO 3



■ PEDRINHAS

Sejap inaugura anexo administrativo

A Secretaria Estadual de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap) inaugurou, na manhã de ontem, o anexo administrativo do Centro de Detenção Provisório de Pedrinhas, em São Luís. No novo prédio os internos receberão atendimentos jurídicos, médicos e de assistência social.

A solenidade de inauguração contou com a presença de gestores da Sejap, representantes da Polícia Militar, do Tribunal de Justiça (TJ) e da Secretaria Estadual de Saúde (SES).

De acordo com o secretário de Justiça e Administração Penitenciária, Sérgio Tamer, mesmo a prioridade do órgão sendo a abertura de vagas no sistema penitenciário, a Sejap não tem medido esforços para melhorar a estrutura nas unidades. "A Secretaria está trabalhando para atender à Lei de Execução Penal (LEP), e criar um ambiente adequado para que sejam realizadas essas assistências é fundamental", destacou.

Segundo o diretor da unidade, Ideraldo Gomes, o novo prédio vem suprir uma necessidade antiga do estabelecimento "A unidade passa a ter melhor estrutura administrativa e para a assistência aos internos. A partir de agora os trabalhos serão realizados mais rapidamente e com qualidade".

O superintendente de Estabele-



Secretário Sérgio Tamer visitou anexo administrativo do Centro de Detenção Provisório de Pedrinhas na manhã de ontem

cimentos Penais, João Bispo Serejo, ressaltou a importância da humanização do sistema e revelou a construção de mais uma unidade administrativa "A necessidade da criação de mais ambientes como esse que estamos inaugurando hoje é indiscutível e a pretensão é que a Casa de Detenção (Cadet) também ganhe uma unidade como essa em 2013", declarou.

Para o juiz Douglas de Melo Martins, da 2ª Vara de Execução Penal, a inauguração desse anexo é muito bem vinda. "Não se promove reinserção social sem ambiente adequado. É preciso que os serviços que colaboram com essa reinserção funcionem com quali-

dade e com esse novo prédio isso será possível", ressaltou. A solenidade de inauguração do anexo administrativo foi encerrada com a apresentação do Coral Plenitude que é composto por internos do Centro de Detenção Provisória (CDP) de Pedrinhas.

Estrutura

Para a construção do prédio, que possui dois andares, a Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap) investiu cerca de R\$ 500 mil.

As salas para serviço social, psiquiátrico, atendimento odontológico e todos os serviços destinados

à saúde do interno funcionam no primeiro pavimento do prédio. Já o setor administrativo e os setores de cartório, área jurídica, serviços da Defensoria Pública do Estado (DPE) funcionam no segundo pavimento.



A necessidade da criação de mais ambientes como esse que estamos inaugurando hoje é indiscutível e a pretensão é que a Casa de Detenção (Cadet) também ganhe uma unidade como essa em 2013

João Bispo Serejo, superintendente de Estabelecimentos Penais

■ PENA

Mensaleiros devem ficar em alas especiais de penitenciárias

O déficit de estabelecimentos adequados para o cumprimento de penas em regime semiaberto não será sinônimo de impunidade para os réus do mensalão. Relator do processo e presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Joaquim Barbosa cuidará pessoalmente da execução das penas. Ele disse que pretende se empenhar para seguir à risca a lei e, portanto, fazer com que os condenados cumpram as punições no regime a que foram apenados.

De acordo com o juiz auxiliar do Conselho Nacional de Justiça Luciano Losekann, responsável pelo setor de monitoramento do sistema carcerário do CNJ, há penitenciárias com alas específicas para detentos do semiaberto, embora a lei estabeleça que a pena deve ser cumprida em colônias agrícolas ou industriais. Essa poderá ser uma possibilidade para os réus do mensalão. A decisão do STF, porém, vai ser tomada somente no momento da execução do castigo.

A partir do dia 21

Centros de solução de conflitos judiciais começam a funcionar em janeiro

O presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Judiciário, desembargador José Luiz Almeida, pediu empenho dos 80 bacharéis em Direito que irão atuar, a partir do dia 21 de janeiro, como conciliadores nos quatro Centros de Solução de Conflitos instalados pelo Tribunal de Justiça, em São Luís.

"Precisamos do apoio efetivo de todos para o funcionamento dos centros, que têm como objetivo facilitar o acesso do cidadão à Justiça, com base na política proativa de conciliação, prática que deve ser incentivada pelo Judiciário em todo o Estado", afirmou.

Os centros cumprem política do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e atenderão partes interessadas em resolver conflitos antes do ajuizamento do processo (fase pré-processual) e também naqueles já em andamento. Eles irão atender juizados e varas das áreas cível, fazendária, previdenciária e da família, promovendo audiências de conciliação e mediação.

CAPACITAÇÃO – Os 80 bacharéis em Direito que atuarão como conciliadores foram capacitados este mês pela Escola Superior da Ma-

gistratura do Maranhão (ES-MAM), em curso ministrado pelo juiz da Vara Especial de Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, Nelson Moraes Rêgo.

O curso teve carga horária de 44 horas, com aulas teóricas e práticas. A capacitação envolveu estudo de casos e resolução de situações-problema referentes aos conflitos evidenciados no cotidiano das varas e juizados.

Os desembargadores Lourival Serejo, José Bernardo, Paulo Velten, Froz Sobrinho e os juizes Manoel Aureliano Ferreira Neto e Marco Antonio Teixeira relataram as experiências sobre conciliação durante o curso.

Fernando Ribeiro, recém formado em Direito, participou do curso e diz que aprendeu bastante. "Foi um aprendizado muito importante, aumentou meus conhecimentos e quero ajudar a colocá-los em prática. Vamos contribuir no fortalecimento de uma cultura baseada na solução de conflitos", frisou.

Os Centros de Solução de Conflitos Judiciais irão funcionar no Fórum Desembargador Sarney Costa (Cahau), na rua do Egito e nas unidades do Uniceuma no Renascença II e Cohama.

Aldeias Altas

Município é obrigado a reformar escola

A pedido do Ministério Público do Maranhão a Justiça proferiu sentença, em 4 de dezembro, condenado o Município de Aldeias Altas a concluir a reforma da Unidade de Ensino Antonieta Castelo Branco, no prazo de 60 dias.

A decisão judicial acolhe solicitação da Ação Civil Pública ajuizada pelo promotor de justiça Fábio Meneses de Miranda, da Comarca de Caxias. A sentença foi assinada pelo juiz Antônio Manoel Araújo Velôzo. Localizada a 398km de São Luís, a cidade de Aldeias Altas é termo judiciário da referida comarca.

Entre os benefícios que a reforma deve proporcionar estão instalações sanitárias

adequadas, fornecimento de água de qualidade e climatização adequada nas salas e demais dependências da escola.

Em caso de desobediência, foi fixada uma multa diária de R\$ 1 mil até o limite de R\$ 60 mil, valor a ser revertido ao Fundo Municipal da Criança e Adolescente para ser aplicado na estruturação física e na aquisição de equipamentos de informática e móveis para o Conselho Tutelar de Aldeias Altas.

A ação do MPMA foi motivada em razão do estado de deterioração em que se encontram as instalações da escola: sem ventiladores nas salas, sem água de qualidade e banheiros sem condições de uso.

REGULAMENTAÇÃO

Anulado decreto que aumentou carga horária de professores

O decreto (nº 14/2009) que aumentou a carga horária dos professores da rede de ensino de Urbano Santos para 40 horas semanais não pode ser aplicado pelo Município, cabendo ao prefeito editar apenas atos de regulamentação. A decisão foi tomada pela 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça, em reexame do processo.

A ação original foi proposta pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básicas das Redes Estadual e Municipal (Simproesemma), alegando que o decreto que aumentou a carga horária dos

professores - de 20 para 40 horas semanais - contraria as normas que regularam o concurso e a admissão dos servidores.

O juiz da comarca de Urbano Santos já havia determinado a suspensão dos efeitos do decreto, mantendo a carga horária de 20 horas e impedindo o Município de fixar jornada diferente, decisão que foi confirmada no julgamento da 2ª Câmara Cível do TJMA, na semana passada.

O relator, desembargador Marcelo Carvalho Silva, manteve o entendimento do juiz, salientando que o Município

possui um Estatuto do Magistério, que fixa a jornada de trabalho dos professores em 20 horas semanais. Em consequência, apenas outra lei poderia alterar a jornada.

O entendimento do magistrado foi acompanhado pelos desembargadores Nelma Sarney e Vicente de Paula Gomes.



❖❖ O decreto que aumentou a carga horária dos professores da rede de ensino de Urbano Santos para 40 horas semanais não pode ser aplicado pelo Município, cabendo ao prefeito editar apenas atos de regulamentação. A decisão foi tomada pela 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça, em reexame do processo.

Prezado Dr. Pêta;

Depois de uma agressão gratuita provocada por um delegado de polícia civil contra um funcionário público em serviço, soube-se da existência de uma tal transação penal. Pois bem. E o que significa essa coisa? Significa que todo cidadão “réu primário” e de bons antecedentes tem direito a um benefício chamado transação penal quando envolvido em qualquer crime de competência do juizado especial criminal.

Trocando em miúdos, é um acordo entre cidadão/promotor. Esse acordo visa ajudar uma entidade carente, com dinheiro ou prestação de serviços. Isso acontecendo, o promotor se compromete a arquivar o processo, sem o devido julgamento do mérito.

Até aí, tudo bem. Mas, respondam-me: quem apanha publicamente é réu culpado ou apenas vítima? No meu sentir, sendo o funcionário público apenas vítima nesse caso, não poderia haver acordo de forma alguma se tivesse um árbitro com olhos de ver. As imagens da agressão são para lá de nítidas e convincentes.

Talvez, quiçá, porventura, essa aberração jurídica tenha inspirado a oligarquia cinquentenária do Maranhão! Quem sabe? Afinal, o povo paga para apanhar esses anos todos. Se a graça pegar, o que vai ter de pobre apanhando de patrão e descontando do salário, não vai ser mole.

Outra pergunta: e o juiz, diante de todas aquelas provas filmadas, aceita tranquilamente uma esdrúxula transação dessa? Para que serve então um juiz? E como fica lá no tribunal da consciência, tranquilo?

*(Antônio Carlos – São Luís
MA)*

PEDRINHAS

Sejap inaugura Anexo Administrativo do Centro de Detenção Provisória

A Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap) inaugurou, na manhã desta quarta-feira (26), o anexo administrativo do Centro de Detenção Provisório de Pedrinhas, em São Luís. No novo prédio os internos receberão atendimentos jurídicos, médicos e de assistência social.

ÚLTIMA PÁGINA _____

PEDRINHAS

Sejap inaugura Anexo Administrativo do Centro de Detenção Provisória

DIVULGAÇÃO

A Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap) inaugurou, na manhã desta quarta-feira (26), o anexo administrativo do Centro de Detenção Provisória de Pedrinhas, em São Luís. No novo prédio os internos receberão atendimentos jurídicos, médicos e de assistência social. A solenidade de inauguração contou com a presença de gestores da Sejap, representantes da Polícia Militar, do Tribunal de Justiça (TJ) e da Secretaria de Estado de Saúde (SES).

De acordo com o secretário de Justiça e Administração Penitenciária, Sérgio Tamer, mesmo a prioridade do órgão sendo a abertura de vagas no sistema penitenciário, a Sejap não tem medido esforços para melhorar a estrutura nas unidades "A Secretaria está trabalhando para atender a Lei de Execução Penal (LEP) e criar um ambiente adequado para que sejam realizadas essas assistências é fundamental", destacou.

Segundo o diretor da unidade, Ideraldo Gomes, o novo prédio vem suprir uma necessidade antiga do estabelecimento "A unidade passa a ter melhor estrutura administrativa e para a assistência aos internos. A partir de agora os trabalhos serão realizados mais rapidamente e com



Sérgio Tamer e adjunto, João Bispo Serejo, descerram a placa inaugural

qualidade".

O superintendente de Estabelecimentos Penais, João Bispo Serejo, ressaltou a importância da humanização do sistema e revelou a construção de mais uma unidade administrativa "A necessidade da criação de mais ambientes como esse que estamos inaugurando hoje é indiscutível e a pretensão é que a Casa de Detenção (Cadet) também ganhe uma unidade como essa em 2013", declarou.

Para o juiz Douglas de Melo Martins, da 2º Vara de Execução Penal, a inauguração desse anexo é muito bem vinda. "Não se promove reinserção

social sem ambiente adequado. É preciso que os serviços que colaboram com essa reinserção funcionem com qualidade e com esse novo prédio isso será possível", ressaltou.

A solenidade de inauguração do anexo administrativo foi encerrada com a apresentação do Coral Plenitude que é composto por internos do Centro de Detenção Provisória (CDP) de Pedrinhas.

Estrutura – Para a construção do prédio, que possui dois andares, a Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap) investiu cerca de R\$ 500 mil reais.



O DOUTOR JOSÉ RIBAMAR GOULART HELUY JUNIOR, JUIZ DE DIREITO RESPONDENDO PELA SÉTIMA VARA CÍVEL DESTA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, POR NOMEAÇÃO LEGAL, ET COETERA...

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 30 DIAS

PROCESSO N.º 26459/2010

AÇÃO: USUCAPIÃO

REQUERENTE: FERNANDA ARAGAO SALDANHA FRIAS E OUTROS

REQUERIDO: ALBERTO HENRIQUES SILVA E OUTROS

FINALIDADE: Citação dos INTERESSADOS AUSENTES, INCERTOS E DESCONHECIDOS, para se manifestarem no prazo de 30 (trinta) dias, tudo de acordo com despacho de fls. 23. O QUE SE CUMPRÁ. Dado e passado o presente mandado em meu Cartório, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos vinte e um dias (21) do mês de fevereiro de dois mil e onze (2011).

OBSERVAÇÃO: prazo inicia-se após o TRANSCURSO DOS TRINTA DIAS FIXADOS A PARTIR DA 1ª PUBLICAÇÃO.

SEDE DO JUÍZO: Fórum "Desembargador Sarney Costa", à Av. Prof. Carlos Cunha, s/n, Calhau, nesta Capital. Dado e passado o presente em meu cartório, aos vinte e um (21) dias do mês de fevereiro de dois mil e onze (2011). Eu, *[assinatura]* Secretária Judicial, que digitei, conferi e assino.

São Luis(MA), 21 de fevereiro de 2011

Dr. José Ribamar Goulart Heluy Junior
Juiz de Direito Respondendo pela 7ª Vara Cível



O DOUTOR JOSÉ RIBAMAR GOULART HELUY JUNIOR, JUIZ DE DIREITO RESPONDENDO PELA SÉTIMA VARA CÍVEL DESTA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, POR NOMEAÇÃO LEGAL, ET COETERA...

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 30 DIAS

PROCESSO N.º 26459/2010

AÇÃO: USUCAPIÃO

REQUERENTE: FERNANDA ARAGAO SALDANHA FRIAS E OUTROS

REQUERIDO: ALBERTO HENRIQUES SILVA E OUTROS

FINALIDADE: Citação de ALBERTO HENRIQUES SILVA e MARIA JOSÉ DE BRITO DA SILVA, que se encontram em lugar incerto e não sabido, para comparecer no prazo de 15 (quinze) dias, tudo de acordo com despacho de fls. 23. **O QUE SE CUMPRÁ.** Dado e passado o presente mandado em meu Cartório, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos vinte e um dias (21) do mês de fevereiro de dois mil e onze (2011).

OBSERVAÇÃO: prazo inicia-se após o TRANSCURSO DOS QUINZE DIAS FIXADOS A PARTIR DA 1ª PUBLICAÇÃO.

SEDE DO JUÍZO: Fórum "Desembargador Sarney Costa", à Av. Prof. Carlos Cunha, s/n, Calhau, nesta Capital. Dado e passado o presente em meu cartório, aos vinte e um (21) dias do mês de fevereiro de dois mil e onze (2011). Eu, *Heluy* Secretária Judicial, que digitei, conferi e assino.

São Luís(MA), 21 de fevereiro de 2011

Heluy
Dr. José Ribamar Goulart Heluy Junior
Juiz de Direito Respondendo pela 7ª Vara Cível